

Transcrição da Ata da 101ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, realizada no dia 03 de Setembro de 2019, presidida pelo Sr. Márcio Nunes - Presidente, e Secretariada pelo Sr. João Batista Campos - Secretário Executivo.

O Sr. Secretário Executivo:- Senhoras e senhores conselheiros, boa tarde. Daremos início à centésima primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Passamos a palavra ao Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Secretário Márcio Nunes, para a abertura oficial da reunião.

O Sr. Presidente:- Boa tarde a todos. É uma satisfação muito grande recebê-los aqui na tarde de hoje para mais uma reunião, a centésima primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. É uma satisfação contar com a presença de vocês que dedicam seu tempo numa tarde primorosa para que possamos continuar avançando no modelo que foi definido pelo Estado do Paraná para este quadriênio. Dou às boas-vindas a todos os senhores e senhoras.

Hoje teremos uma reunião bastante extensa, temos vários assuntos em pauta, então vou ser econômico nos meus quinze minutos de abertura. Não vou ocupar esse tempo senão vou acabar tomando o tempo dos senhores, vou procurar ser o mais sintético possível.

Então, neste momento, quero dar às boas-vindas a todos. Dizer que estamos em fase final do procedimento que iniciamos antes das eleições que, passadas as eleições, tivemos um candidato com um programa de governo eleito em primeiro turno, passamos à montagem da equipe, passamos à elaboração de um programa de governo e já encaminhamos à Assembleia Legislativa as mudanças necessárias para cumprir o plano de governo, vencedor nas eleições de outubro passado. As mensagens estão em rito final na Assembleia. A Secretaria já foi constituída, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, já está sacramentada a vinda de alguns institutos como a Agência Paraná de Desenvolvimento. A fusão dos três institutos já está em reta final, os três institutos já eram da Secretaria mas estão sendo fundidos: o IAP, o ITCG e o Águas. Vieram também o Paraná Turismo e o Simepar. Isso já está consolidado, faltando apenas a fusão dos três institutos, mas esses três institutos já estão dentro da Secretaria em fase

final. Então, bem diferente daquele cenário da última reunião que ainda não tinha sido aprovado pela Assembleia. Hoje já está aprovado.

E como o próprio nome já fala, foi a grande mudança, quando criamos a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo o nome por si só já diz para que essa nova Secretaria veio, para o crescimento, desenvolvimento, geração de emprego, renda, turismo, melhorar a vida das pessoas, cuidado com o meio ambiente, recuperação do meio ambiente. Então, dar todas as orientações possíveis para que os empreendedores possam obter o seu empreendimento. A partir do momento que tem seu empreendimento, possam gerar emprego e esse emprego possa gerar impostos e com esse imposto fazer economia e o Estado funcionar como um todo. Com muito cuidado com o meio ambiente, recuperando o meio ambiente.

Então a grande diferença é mostrar que não existe disputa entre os ambientalistas de um lado e os desenvolvimentistas do outro. Nós temos uma clareza muito grande que o momento é muito bom, profícuo, onde todas as pessoas de bem, as pessoas de boa-fé, estão entendendo que a Secretaria tem essa missão de ser o equilíbrio, de crescimento, de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, cuidado com o meio ambiente e recuperação do meio ambiente. É nesse sentido que nós temos trabalhado e agradeço a cada um de vocês que têm colaborado conosco.

Neste momento passo a palavra ao João Batista, que vai apresentar os novos Conselheiros que serão empossados.

O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde a todos. Dou às boas-vindas para vocês também e agradeço a presença de todos. Vou passar alguns avisos. A nossa Ata é *in verbis*, então solicito a todos que forem fazer uso da palavra que diga o nome e a instituição, sempre com o microfone ligado, para posterior degravação.

Os novos Conselheiros indicados são da Casa Civil - Felipe Flessak; da Fretaf Sul - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul - Vanderson de Andrade de Souza e Rosilaine de Fátima Barausse, suplente.

O Sr. Presidente:- Declaro empossados os novos Conselheiros e dou às boas-vindas a todos. Consulto o Secretário Executivo, João Batista, se temos o quórum suficiente para a abertura de 50% mais um.

O Sr. Secretário Executivo:- Sim, Secretário. Estamos com 29 (vinte e nove) conselheiros, tendo quórum pleno para iniciarmos nossa reunião.

O Sr. Presidente:- Neste momento passo para a inscrição para Tribuna Livre, que será realizada ao final, lembrando que o tempo para a Tribuna Livre são de quinze

minutos, independente do número de inscrito. Se tivermos um inscrito o tempo será de quinze minutos, se tivermos quinze inscritos o tempo será de um minuto para cada um. Abro as inscrições para a Tribuna Livre. (Pausa). Estão inscritos: Gava, Johnathan da SETI, Helder, Sérgio Tadeu Monteiro de Almeida e Clóvis da SPVS. Mais alguém? (Não). Então estão encerradas as inscrições para Tribuna Livre.

Próximo item de pauta: Discussão e aprovação da Ata da 100ª Reunião Ordinária. Se alguém tiver alguma coisa a ser corrigida da reunião anterior, lembrando sempre quanto à questão de redação, não estamos entrando na discussão de mérito, mas sim a discussão de redação.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Boa tarde a todas e a todos. Com respeito à Ata tem muitos desconhecidos, mas a gente sabe que fez os comentários. Minha pergunta é se podemos alterar, colocando o nome da pessoa.

O Sr. Secretário Executivo:- Exatamente por isso que eu pedi para que todos falem o nome e instituição, porque se começarmos a remendar a Ata podemos errar e colocar palavras na boca de outro. Fica uma coisa meio complexa. Então vamos nos monitorar sempre declinando nome e instituição para que fique registrado, gravado e depois degravado na forma de Ata.

O Sr. Presidente:- Bem lembrado pelo João Batista, antes de começarmos a falar vamos nos apresentar para que a Ata seja transcrita de forma fidedigna. Até eu mesmo acabo cometendo esse erro. Foi muito importante a manifestação do Conselheiro, mas vamos procurar daqui para frente nos ajudar e, se por acaso alguém começar a falar sem se pronunciar, que o próprio plenário possa corrigir para que isso não aconteça.

Coloco em discussão a Ata da 100ª Reunião Ordinária. (Pausa). Em votação.
APROVADA.

Ordem do Dia. Pauta: a) Deliberação da redação do Projeto de Lei - PL nº 391/2019, de autoria do Poder Executivo, que pretende alterar o Artigo 5º, da Lei Estadual nº 12.945, de 05 de setembro de 2000, que criou o FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Secretário Executivo para que explique para um melhor entendimento.

O Sr. Secretário Executivo:- Só para contextualizar, apesar que na recomendação já está contextualizado, foi apresentado requerimento na reunião passada, endereçado à Comissão de Meio Ambiente, para que fosse ouvido sobre esse projeto de lei que está sob a análise da Comissão de Meio Ambiente.

Houve o acatamento desse requerimento pela plenária, conseqüentemente a Comissão de Meio Ambiente se manifestou favorável e remeteu essa proposta de projeto de lei para o CEMA. Reuniu a Câmara Temática de Meio Ambiente, que avaliou, elaborou e propôs uma recomendação que está posta na tela e será apresentada pelo Conselheiro Sandro Campos.

Então, passo a palavra ao Conselheiro Sandro Campos, da Universidade Estadual do Paraná.

O Sr. Presidente:- Lembrando que o tempo máximo são vinte minutos, se for necessário.

O Sr. Conselheiro Sandro Campos:- Boa tarde a todos e todas. Sou Sandro da Universidade Estadual de Ponta Grossa e venho fazer uso da palavra para comentar a respeito das reuniões que ocorreram referentes à solicitação da alteração desta lei, como o Secretário já comentou, contextualizou.

Então, acho que podemos fazer toda a leitura, é um pouco extenso, mas durante as reuniões que ocorreram foram elencados alguns pontos. A primeira solicitação feita, a primeira recomendação é que não desse continuidade na Assembleia Legislativa, então que o projeto não prospere no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em sua versão atual. E caso haja necessidade de continuidade do PL, o CEMA recomenda as seguintes alterações e inclusões: No Art. 5º - Serão consideradas Prioritárias as aplicações de recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) em planos, programas ou projetos que voltados à educação ambiental; controle e monitoramento ambiental; estudos de alterações climáticas; recuperação ambiental de áreas públicas; proteção dos recursos hídricos; conservação da biodiversidade; criação, proteção, implementação e ampliação das Unidades de Conservação; Desenvolvimento de Viveiros Florestais Públicos; Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico na área ambiental; Desenvolvimento de Políticas Públicas Ambientais instrumentos e meios legais econômicos e também despesas administrativas que correspondem aplicação de programas e projetos ambientais desenvolvidos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST e Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Então, aqui foram feitas algumas supressões no texto.

E aqui: “- § 1º - Para fins desta Lei consideram-se planos, programas ou projetos de recuperação ambiental e de proteção dos recursos hídricos os relacionados abaixo - então suprimiu-se: I - Obras de proteção ambiental de encostas e margens de rios; II -

Projetos e implementação de recuperação e proteção ambiental de encostas e margens de rios; III – Acesso fluviais e marítimos, tais como rampas, trapiches e flutuantes. A justificativa: pretende a inclusão do § 1º e seus Incisos definindo um rol de ações prioritárias que conflitam com o objetivo primordial da Lei e que claramente incluem ações que são danosas ao meio ambiente, tais como a construção de “rampas, trapiches e flutuantes”, que em geral são construídas em áreas de preservação permanente - APP; IV – Recuperação de áreas degradadas, erosões, voçorocas entre outras; V - Restauração e monitoramento de áreas públicas degradadas, respeitando os conceitos de áreas degradadas da Lei Federal 9.985/2000. VI - Obras de saneamento, construção, reformas e melhorais de aterros sanitários. Justificativa: Investimentos como estes devem estar inclusos no orçamento das secretarias como obras de interesse públicos. Obras desta natureza não estão previstas na Lei de criação do FEMA, bem como há fundos específicos para financiamento. VII - Realocação de famílias em áreas de risco ou de proteção permanente. Justificativa: ações de realocação de pessoas de áreas de risco ou de proteção permanente não estão previstas na Lei de criação do FEMA, que coloca como objetivo do fundo "concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação e/ou recuperação do meio ambiente".

Retirar do projeto o item de “Planos de Gerenciamento de Resíduo Sólidos”. Justificativa: Investimentos como este devem estar inclusos no orçamento das secretarias como ações de interesse público, além do que existem financiamentos para tais atividades. Ações desta natureza não estão previstas na Lei de criação do FEMA: O FEMA tem por finalidade “concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projeto que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente”.

Retirar também o item “Construção de Parques”.

VII - Criação, ampliação, implementação e regularização fundiária de Unidades de Conservação, de viveiros florestais e de Centros de Triagem de Animais Silvestres. Justificativa: O item VII da pretendida inclusão na alteração da Lei, “Construção de Parques”, é vago e pode abrir possibilidade de utilizar os escassos recursos do FEMA para a construção de “Parques Infantis”, “Parques de Exposições de Feiras Agropecuárias”, “Parques de Máquinas de Prefeituras Municipais” e outras várias possibilidades que o termo “Construção de Parques” pode ser entendido. Além disso, atualmente muitas UCs demandam de ações de restauração e enriquecimento ambiental, o que pode ser viabilizado com a melhor estruturação dos viveiros florestais estaduais via

recursos do FEMA. Neste mesmo sentido temos os CETAS, um grande gargalo no sistema estadual de proteção da fauna nativa e com pouco recurso para sua implementação. Vale ressaltar que o fortalecimento e a estruturação das UCs Estaduais vai ao encontro de programas de governo que visam o fortalecimento do turismo, do ecoturismo e do turismo de aventura no Paraná.

Retirar também do texto “VIII - Outras ações correlatas;” e incluir “VIII - Apoio a programas de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN como estratégia de conservação de espécies e formação de corredores ecológicos”. Aplicar recurso em programas e projetos de educação ambiental que sejam ministrados pelo Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual de Meio Ambiente e demais órgãos estatais. Dando prioridade para suas demandas, projetos estaduais, municipais e objetos sejam refinanciados no caput deste artigo. Alterar para: Com a prioridade de suas demandas, projetos estaduais, municipais e objetos sejam refinanciados no caput deste artigo sejam analisados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente por meio de suas Câmaras Técnicas.

E por fim, então, o apoio técnico às Câmaras Temáticas do CEMA junto da administração do FEMA vem garantir os cumprimentos constitucionais do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelecendo subsídios para a tomada de decisão ao Conselho de Administração do IAP para a aplicação dos recursos em projetos da lei acima. E que sejam estabelecidas uma discussão com a sociedade deste projeto de lei estadual 12.495/2000, e seus regulamentos para que os recursos auferidos e arrecadados ao FEMA sejam aplicados em atividades efetivas na conservação e recuperação ambiental.

Esses são os encaminhamentos referentes às reuniões realizadas na SEDEST solicitando o que a lei não siga ou que sejam feitas essas alterações e pede-se que o Conselho delibere neste sentido.

O Sr. Presidente:- Vou abrir para quatro encaminhamentos, dois favoráveis e dois contrários, com o tempo de um minuto cada. (Pausa). O Everton se inscreve como contrário, e o Clóvis.

O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAP):- Boa tarde a todos. Hoje mesmo foi objeto de reunião na Casa Civil do Governo de Estado e aqui já pensando na unificação dos três institutos. A vertente do saneamento ambiental neste instituto, no IAT, é uma vertente muito importante por conta das questões relacionadas ao controle da erosão, ao combate às cheias. E eu vejo, como futuro dirigente dessa instituição, com

bons olhos a legislação que está aí estabelecida porque vai dar flexibilidade ao instituto poder utilizar recursos para combater problemas que eu levantei aqui. Por exemplo, o combate à erosão, o combate às cheias, porque nos possibilita ter essa flexibilidade. Hoje tudo que se arrecada em relação ao FEMA, existem muitas restrições para essa utilização de recursos. Então isso dá uma margem para a instituição exercer o papel dela efetivo com relação ao apoio, ao aporte de recursos para obras de saneamento ambiental. Então, considero bastante importante. Eu respeito a trabalho que a Câmara Técnica fez, no entanto, gostaria que votássemos contrário.

O Sr. Presidente:- Clóvis, um minuto.

O Sr. Conselheiro Clóvis Borges (SPVS):- Obrigado, Secretário. É muito importante a gente delimitar, acho que se buscou fazer orçamentos abertos que já tem financiamentos de outras fontes e aqueles que quase nunca existem. Então, o foco dessa mudança, desse ajuste, foi justamente permitir flexibilização até certo ponto, ela não é restritiva a ponto de simplesmente impedir que o governo possa investir em uma série de possibilidades. São inúmeras as possibilidades que continuam abertas, mas justamente aquelas que nunca têm aportes de recurso disponível em outras fontes.

A erosão, vamos deixar bem claro, né Everton, se foi combatida aqui no Paraná foi com empréstimo de Banco Mundial na casa dos bilhões de dólares ao longo das últimas três décadas. Não é com o dinheiro do fundo que vamos combater erosão. Seria chover no molhado, seria simplesmente o uso de um recurso nobre, de um recurso complexo de ser obtido e a ideia aqui era direcioná-lo para as prioridades que não são atendidas historicamente.

A última observação, Márcio, é que se nós estamos falando de turismo de natureza e queremos criar a indústria de turismo de natureza, a natureza tem que estar bem conservada. Temos os parques numa situação deplorável, não só os estaduais como os parques federais, e existem uma série de instrumentos que são apontados aqui que direcionam, então, condições para que tenha um esforço mínimo para conservação das unidades de conservação como exemplo do que está flexibilizado aí.

O Sr. Presidente:- Bom, então temos o posicionamento do Presidente do IAP, o Everton contrário ao relatório da Câmara Técnica e a mensagem do Clóvis favorável ao trabalho da Câmara Técnica. E gostaria só de colocar, Clóvis, até consultei o João Batista se poderia falar, ele entende que sim. Então, dizer que se alguém perguntar qual o maior problema do Estado do Paraná hoje, vou dizer que o maior problema do Estado do Paraná é a erosão. Aí tem o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto lugar, mas o maior

problema do Paraná foi a erosão, é a erosão e temos que combater isso de todas as formas possíveis. Claro, você conhece a nossa administração, o nosso modo de nos comportar, precisamos fazer com que uma série de amarras que hoje existem e que infelizmente e inclusive está nos impedindo, até foi o motivo desta reunião hoje de manhã que o Everton participou comigo, de receber novos recursos, porque na nossa conta orçamentária consta que nós temos recursos e não conseguimos gastar. Então, peço para o Governo mais xis reais para gastar e ele me diz que não vai dar, porque a gente não consegue gastar nem o dinheiro que temos. E o Estado do Paraná hoje, não vou dizer que está nadando em dinheiro porque não é uma ilha, mas o Paraná goza de uma situação bastante diferente dos demais estados do país.

Estou defendendo neste momento a ideia de um plano de governo, eu acho que represento neste momento essa ideia em fazer com que a gente possa gastar e gastar com qualidade o dinheiro que a gente já tem para que a gente possa ter mais dinheiro para investir no meio ambiente, que é o que não está acontecendo. Nós estamos discutindo atrás do pequeno, mas temos muito recurso para vir. Se formos efetivos na aplicação desses recursos, nós temos muitos outros recursos para virem. Temos muitos recursos para buscar, temos dinheiro de multas, uma só é no valor de cento e noventa e cinco milhões. Está aplicado na Caixa Econômica faz quinze anos e não conseguimos gastar. Uma delas! E temos mais quarenta e cinco milhões que é do Fundo de Compensação. Não conseguimos gastar nem o dinheiro que nós temos, imaginem o dinheiro que nós podemos vir a ter.

Então, neste sentido, gostaria de encaminhar contra o posicionamento da Câmara Técnica para que possamos manter do jeito que está. E só dizer que foi aberto para dois encaminhamentos, estou usando a palavra como Presidente, não vou permitir mais nenhum encaminhamento. Clóvis, eu perguntei se como Presidente poderia encaminhar, e eu posso encaminhar. Inclusive eu não viria a esta reunião, mas como sei que vamos reformular o Regimento Interno, mas como não é isso vamos fazer uma reunião do jeito que eu acho que deve ser, vamos abrir para encaminhamentos mas não vou me desgastar como aconteceu na reunião passada do Conselho, nós não precisamos disso. temos aqui os Conselheiros com direito a voto, só temos pessoas conscientes, todos receberam a pauta, temos um encaminhamento favoráveis e outro contrário e vou passar para votação. Clóvis, não vou abrir a palavra, usei a palavra como Presidente e antes eu consultei se poderia. Então uma posição que é da Câmara Técnica, atendendo o pedido da Câmara Técnica e outro pedido é que possamos manter a lei anterior. Aqueles que concordam o

encaminhamento da Câmara Técnica, ponto defendido pelo Clóvis, se manifeste, os demais permaneçam como estão. João Batista, peço que faça a contagem.

O Sr. Conselheiro:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. Presidente:- Se não for sobre o mérito sim, se for sobre o mérito não.

O Sr. Conselheiro:- Implementando a fala do professor e até do João Batista na questão da Câmara Técnica. A Câmara Técnica se reuniu no Tribunal de Justiça...

O Sr. Presidente:- Conselheiro, o senhor pediu uma questão de ordem...

O Sr. Conselheiro:- Não vou fazer mérito, só vou contar a história do projeto de lei.

O Sr. Presidente:- O senhor tem, um minuto.

O Sr. Secretário Executivo:- Pessoal, lembrando que quem for usar a palavra para se identificar.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Nós participamos da Câmara Técnica, elaboramos e as demais Secretarias que fazem parte da Câmara e chegaram nesta deliberação deste projeto. Até o Professor Marés que foi Procurador do Estado participou não da Câmara mas fez um parecer em relação a isso, o Ministério Público também se colocou, então fomos verificar a lei no seu caput do Art. 1º, fomos verificando o que diz a lei para trazer para o Art. 5º. Também temos o representante do Deputado Goura aqui. O deputado já se manifestou, caso ocorra qualquer modificação, os deputados fazem isso porque têm condições técnicas de fazer essas modificações, o deputado até pediu que a representante dele viesse aqui, que qualquer tipo de modificação ainda teria tempo hábil de fazer as modificações.

Então, como participei tecnicamente dessa Câmara, peço que o nosso trabalho não seja perdido, até para respeitar o pleno, para respeitar o CEMA de uma maneira geral. Era isso que eu queria colocar, Secretário. Muito obrigado e agradeço a oportunidade.

O Sr. Presidente:- De nada, atendido o tempo regimental. Então, permanecemos com as duas propostas. Em votação. Quem acompanha a redação da Câmara Técnica se manifeste, quem concorda com a posição do Everton e com a minha posição permaneça como está. (Pausa). Peço ao Secretário João Batista para que faça a contagem.

O Sr. Secretário Executivo:- Temos 29 (vinte e nove) Conselheiros presentes.

O Sr. Presidente:- APROVADA a manutenção da redação oficial do Governo de Estado, com 9 (nove) Conselheiros contrários e 20 (vinte) Conselheiros favoráveis.

Agora, vamos passar para o item b da pauta: Proposição de alteração do Regimento Interno do CEMA.

Vou passar a palavra ao João Batista para que explicar as mudanças necessárias.

O Sr. Secretário Executivo:- Na verdade a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, quando foi aprovado o Regimento, constava desde a aprovação do regimento em 2002. Posteriormente tivemos alterações e nunca se conseguiu montar a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Em 2013, aconteceu uma alteração no Regimento, porque o Regimento falava que somente poderia participar das Câmaras Temáticas cada instituição em duas câmaras temáticas. Então, quando chegava na Câmara Temática de Assuntos Jurídicos praticamente as outras instituições já tinham se posicionado em outras Câmaras Temáticas como a de Economia, Meio ambiente, Biodiversidade, não preenchendo a vaga na Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. Não tinham instituições suficientes para formar a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos.

Com essa alteração em 2013, colocou-se que cada instituição poderia participar de duas Câmaras Temáticas, além da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. Aí foi possível compor a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, e se compôs em 2014, com algumas reuniões. Posteriormente a isso, esperávamos que desse fluxo, desse andamento, agilidade, começou a ter problemas e com bastante dificuldade na elaboração dos pareceres, enfim, dos encaminhamentos.

Então, o que era uma Câmara Temática para apoiar o Conselho, uma Câmara Temática para ajudar o plenário, começou a pautar a plenária, quando deveria ser o contrário a plenária pautar as Câmaras Temáticas. O que é o correto, as Câmaras Temáticas são de apoio à plenária. Tanto é que no ano passado, em 2018, não tivemos nenhuma reunião, porque a Câmara Temática não conseguiu deliberar uma proposição que tinha sido aprovada na Câmara Temática de Biodiversidade, mas não evoluiu por problemas de relação, enfim, problemas da própria Câmara Temática com interpretações diferenciadas. Então, não evoluiu.

A Dra. Edneia, que foi coordenadora da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, se quiser contribuir, mas digo para vocês: com a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos as reuniões ficaram travadas! Então, expresso aqui a minha posição como Secretário Executivo que tem o papel de fazer esse Conselho funcionar e andar corretamente, para que vocês possam fazer deliberações em prol de uma boa política para o meio ambiente do Estado do Paraná.

O Sr. Conselheiro:- Questão de ordem, Presidente. (Assentimento). Gostaria que a votação fosse nominal.

O Sr. Presidente:- Dizer que os que forem favoráveis se manifestem novamente para constar em Ata?

O Sr. Conselheiro:- É.

O Sr. Presidente:- Os que foram favoráveis à Câmara Temática, os nove, por favor, manifestem-se para registro em Ata.

(Os favoráveis foram: Adriano Wild - Mater Natura, Clóvis Borges - SPVS, Felipe Pinheiro - Associação de Defesa do Meio Ambiente, Sandro Xavier Campos - Universidade de Ponta Grossa, Leticia de Paulo Koproski - Conselho Regional de Medicina Veterinária, Arthur Conceição - CEDEA, Rafaela - PUC-PR, Vanderson de Andrade de Souza - Fretaf-Sul, Rosilaine Mortella - SEED).

O Sr. Presidente:- Ok. Então, voltamos à discussão do item b da pauta, que é sobre a questão da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. Só lembrando que na reunião passada tivemos uma discussão bastante acalorada a respeito da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos deveria permanecer ou não.

O João Batista fez uma explanação do por que não deve continuar, a Secretaria de Meio Ambiente já tem uma coordenadoria jurídica, a Da. Edneia que é muito competente, e infelizmente a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos acabou emperrando e ano passado, o ano inteiro, não conseguiu-se deliberar nada porque infelizmente esta Câmara Temática acabou barrando todo o trabalho do Conselho.

Então, da mesma forma, gostaria de abrir para duas proposições de no máximo um minuto cada. Se tiverem duas favoráveis e duas contrárias, encaminha. Preciso saber quem vai encaminhar. (Pausa). Arthur Conceição - CEDEA, contrário, e Everton da Costa Souza - IAP, favorável.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Presidente, Secretário e demais Conselheiros e Conselheiras, acho que a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos não deve permanecer como está, mas poderia ter observadores junto. Por exemplo, o CEMA junto com a Procuradoria do Estado faz o parecer e as entidades que aqui estão indiquem alguém, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, para que faça o acompanhamento. Meu parecer são observadores, sobre os pareceres técnicos. Que a sociedade civil possa participar desses pareceres, que possam estar como observadores e não como pareceristas. Parecerista é o Estado que tem obrigatoriedade de fazer os pareceres e as entidades como observadores dessa Câmara Temática. Como aqui é um órgão que a sociedade civil participa e a gente tem os *compliances* e o próprio Estado vem defendendo, então vejo que é necessário colocar que as entidades indiquem

observadores inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil. Por isso faço essa proposta, é uma proposta que não é agressiva para o Estado e também não é agressiva ao Conselho, é simplesmente um apoio técnico a esta câmara.

O Sr. Presidente:- Ok. Everton.

O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAP):- Diante da colocação que o Luiz Arthur faz, acho que fica bem clara que a busca do funcionamento mais ágil das Câmaras Temáticas do Conselho, é um a busca de todos nós. Estou entendendo, de certa forma, que a sua proposta abraça a mesma proposta que João Batista fez, com esse incremento que os pareceres possam ser observados de uma maneira em tempo real. Parece-me que estamos falando da mesma coisa com uma proposta que qualquer decisão tomada, Luiz Arthur, seja em um processo de licenciamento de um parecer técnico seja em um parecer jurídico, todos são abertos, tem que ser efetivamente abertos. Agora, você está propondo que seja feito em um ambiente de observação por parte dos integrantes, principalmente das organizações não governamentais.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Alguém especialista que a gente contrate, que a gente coloque um observador, podendo até fazer algumas indicações. O observador pode fazer algumas indicações para colaborar com o jurídico do CEMA, acho que isso vem até a ajudar. Não vejo nada contrário, até a Procuradora do CEMA falou que é ótimo porque vem ajudar, vem a colaborar, às vezes vem com um pensamento mais linear, mais aberto e pode vir a ajudar o Estado.

O Sr. Presidente:- Agradeço a colaboração do Conselheiro Luiz Arthur, agradeço o Conselheiro Everton, vamos ver se consigo construir aqui uma saída para que possamos caminhar em conjunto. A decisão de extinção da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos é pelo fato de que no mandato passado não conseguimos chegar ao cabo de nenhum procedimento aqui dentro, porque esta Câmara Técnica acabou impedindo todos os procedimentos. Por quê? A Câmara Técnica acaba querendo avaliar se a lei ou se a resolução é boa ou ruim. O que caberia a esta Câmara Técnica é dizer se é constitucional ou não. Isso quem vai fazer é a assessoria jurídica da SEMA. Se houver a concordância por todos da extinção da Câmara Técnica e que os órgãos possam colocar alguém para ajudar, mas sem que a Secretaria tenha que ficar esperando a cada momento um parecer técnico de uma das organizações, acho que ainda podemos caminhar. O interesse é que as pessoas estejam proativas participando das reuniões.

O que não pode é a Secretaria parar para esperar um observador contratado, por quem quer que seja, para emitir um parecer para continuar a reunião do Conselho, para

tomar alguma deliberação. Se for isso acho que nem precisamos ter votação, fica consensado, já que vocês concordam da extinção da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos e, não tendo comprometimento do processo, as entidades que quiserem participar do parecer da Dra. Edneia, que é a Diretora Jurídica e responsável pela questão constitucional, fiquem à vontade para colaborarem. Mas não sobrepujar ou qualquer tipo de procrastinação do processo.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Posso fazer uma proposta? (Assentimento). Acho que o nome Câmara Técnica ficaria, mas não teríamos membros.

O Sr. Presidente:- Veja, não há consenso. Se houvesse consenso, consenso há. Consenso não há, votamos. Então, temos duas proposições, uma proposição do João Batista...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Presidente, ...

O Sr. Presidente:- Você já usou o seu minuto...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Mas eu não fiz a proposta. Convoquei que eu estava propondo, eu não fiz a proposta.

O Sr. Presidente:- Você acabou de fazer a proposta que se mantenha o nome da Câmara Técnica.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Eu não estou querendo que a Câmara Técnica seja inchada...

O Sr. Presidente:- Arthur, eu não vou partir aqui para bate-boca hoje. Então, você tem mais um minuto para encaminhar. O João Batista fez uma proposição para que se extinga a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, você fez outra proposta, então você tem um minuto para formular a sua proposta e vamos colocar em votação a sua proposta e a do João Batista.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Minha proposta é a seguinte: ou fica o nome Câmara Técnica ou monta uma comissão, enfim, aí que quero saber: como esse observador, é a pergunta que eu faço, para eu organizar a minha proposta, para não atrapalhar o Estado, onde esse observador vai ficar? Ele não pode vir, por exemplo, dentro da SEMA e querer opinar dentro da Procuradoria da SEMA. Não! Esse observador tem que observar dentro do CEMA e não dentro da Sedest. Então, como eu poderia, eu queria até uma proposta até para me ajudar, o jurídico da SEMA, o que poderíamos encaminhar para que esse observador esteja dentro do CEMA. Por exemplo, esse observador vai estar dentro de uma Câmara Jurídica? Esse observador vai estar onde? Para onde vamos indicar

o observador? Essa é a questão, as ONGs vão indicar o observador onde? Eu não posso indicar um observador para a Procuradoria da SEMA.

O Sr. Presidente:- Está encerrado o seu tempo.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Era isso que eu queria saber, como eu posso encaminhar.

O Sr. Presidente:- Arthur, o seu tempo está encerrado.

O Sr. Presidente:- Então, temos duas propostas, a proposta do João Batista da extinção da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos a outra proposta, infelizmente, o Arthur não tem uma proposta formalizada para encaminhar esta situação. Então, se na próxima reunião estiverem... O Conselho, o Estado não está aqui para ficar dando proposta de como as ONGs ambientalistas vão fiscalizar o próprio Estado ou a função do Conselho.

Então, vamos colocar em votação a proposta do João Batista, que é da extinção da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, inclusive é a posição que eu acompanho da extinção da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. Então, quem for a favor à manutenção da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos que se manifeste, os favoráveis à proposta do João Batista, permaneça como estão. (Pausa).

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- E a proposta do observador?

O Sr. Presidente:- O dia que você tiver a proposta de como vai funcionar, vamos discuti-la. Desculpa, Arthur, o Conselho não está aqui para isso.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Presidente, por gentileza, eu fiz a proposta do observador.

O Sr. Presidente:- Perdoe-me, não vamos cair no bate-boca aqui. Vou pedir que cortem o seu microfone. Nós estamos aqui para discutir questões...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Presidente, ...

O Sr. Presidente:- Meu amigo, nós temos aqui Secretários de Estado, representantes de Secretário de Estado, não estamos aqui para discutir uma proposta de como você vai propor o observador. Desculpe-me, isso não vai acontecer aqui. Neste Conselho não!

Coloco em votação. Aquele que é a favor em permanecer a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos, que se manifeste...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Eu fiz a proposta, quero que fique consignado em Ata, é um direito meu como conselheiro, que deve ter um observador sobre a questão jurídica.

O Sr. Presidente:- Já está constado, porque o senhor já se declarou. Então, coloco em votação. Aqueles que são a favor que a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos permaneça que se manifestem, os demais permaneçam como estão. (Pausa). Nem o senhor vai votar para permanecer?

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Eu não sou favorável à Câmara Temática, é isso que o senhor não entendeu ainda. Eu fiz uma proposta de observador. Eu sou conta a Câmara Temática neste momento.

O Sr. Presidente:- APROVADA a extinção da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Eu fiz uma proposta, Presidente.

O Sr. Presidente:- Foi extinta a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. Passamos a palavra ao Secretário Executivo João Batista para apresentar as alterações necessárias.

O Sr. Secretário Executivo:- Colocando que faremos as adequações no Regimento Interno, sendo suprimido o Art. 25, ficando com a seguinte redação: “ Art. 25. As matérias deliberadas pelas Câmaras Temáticas deverão ser objeto de análise e parecer jurídico da Assessoria Jurídica da Sedest - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, que poderá solicitar apoio da PGE.” E onde estiver escrito Câmara Temática de Assuntos Jurídicos passa a ser Assessoria Jurídica da Sedest.

Era isso Secretário.

O Sr. Presidente:- Alguém deseja fazer alguma manifestação a respeito das modificações necessárias colocadas pelo João Batista? (Pausa). Não! Em votação. Aqueles que concordam com as modificações permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADAS.

Agora, sobre as moções e processo de votação, vamos passar às proposições para a alteração do Regimento Interno do CEMA. Passo a palavra ao João Batista.

O Sr. Secretário Executivo:- A ideia da alteração de moções é exatamente evitar o que aconteceu na reunião anterior, é a apresentação de moções em plenário sem tempo hábil das instituições discutirem. Então, a sugestão é estabelecer um prazo para que seja remetida antes da convocação da reunião, para que possamos encaminhar junto com a convocação da reunião para que todos possam estudar, discutir, debater, e vir com uma condição institucional. Entendo que vocês aqui representam instituições, então é importante que todo esse processo seja avaliado por todos da instituição.

Então, com relação à proposição, ficaria: “As propostas de moções são de iniciativa exclusiva do Conselho e sejam enviadas à Secretaria Executiva do Cema com

pelo menos dez dias de antecedência da reunião plenária para ser apreciada”. E que fosse subscrita, me baseei no CONAMA, lá eles colocam que seja subscrita com dezoito dias e por dezoito conselheiros. A proposta de redação que eu faço, aí vocês analisam se é razoável ou não, que seja com dez dias de antecedência e subscrita por quatro conselheiros. Essa é a proposição que encaminho a vocês para avaliação. Essa é a proposição de redação que eu faço.

O Sr. Presidente:- Coloco em votação a proposição do Secretário Executivo João Batista.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Por gentileza, Presidente. Ali fala dez dias amanhã, mas, por exemplo, amanhã tem um desastre que o Governo não atende, sei lá, pode acontecer algo um dia anterior ao Conselho, e às vezes existem moções de emergência. É necessário fazer moções de emergência. Então, acho que deveria colocar ali que se houver moções temáticas de emergência, pode ser proposto.

O Sr. Secretário Executivo:- Está escrito no Parágrafo 3º. Excepcionalmente, a proposta de moção poderá ser apresentada durante a reunião plenária, desde que sua urgência seja reconhecida por maioria simples.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Desculpa.

O Sr. Presidente:- Então, coloco em discussão a proposição.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. João Batista, esses dez dias ou dezoito dias, são dias úteis ou dias corridos?

O Sr. Secretário Executivo:- Não tem nada deliberado, mas aqui estamos usando o critério de dez dias corridos.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Então, um feriado cumprido, está valendo.

O Sr. Secretário Executivo:- Está valendo.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Então, minha sugestão, se os demais conselheiros concordarem, transformarmos em dias úteis.

O Sr. Secretário Executivo:- Esclarecer que esse tempo está vinculado ao processo de convocação da reunião. Aí teríamos que mudar também a convocação da reunião. Quando formos fazer a convocação da reunião, teremos que enviar todo o processo. Serão analisados todos os documentos, todas as questões que serão debatidas aqui juntas. Então, essa relação dos dez dias úteis está relacionada com os prazos regimentais da convocação de reunião.

O Sr. Presidente:- Coloco em votação a proposição do João Batista. Se não for aprovada, aí discutimos os prazos. Aqueles contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como estão. (Pausa). APROVADO.

João, com relação à alteração do Regimento Interno, tem mais alguma?

O Sr. Secretário Executivo:- Tem, sobre o processo de votação.

O Sr. Presidente:- Pode usar a palavra.

O Sr. Secretário Executivo:- Este Regimento Interno que está valendo foi quase uma cópia fiel do Regimento Interno do Conama à época. Então, o Conselho Estadual de Meio Ambiente, na época em que o nosso Secretário Executivo era o Castella, estabeleceu todo o processo de montagem, de discussão desse Regimento Interno e constava naquele momento no Conama o processo de votação que foi assumido na época, e é o que está valendo em nosso regimento, é um tanto quanto maçante. Nós tivemos discussões de resoluções de aterros sanitários que tinham cinquenta, sessenta, setenta artigos, a gente passava praticamente o dia inteiro lendo artigo por artigo.

É feito assim, alguém apresenta de forma geral a resolução, daí abre para o debate, daí os conselheiros tiram suas dúvidas e aí aprova-se a resolução. Era lido e votado artigo por artigo, inciso por inciso, item por item. Enfim, segue todo esse rito, não podendo fazer discussão em bloco e tudo o mais.

Então realmente é um processo que acaba esvaziando a reunião, tivemos reuniões que ao final não deu para deliberar mais, porque não tinha mais quórum. Duas ou três reuniões que presenciei. Enfim, fica muito cansativo e maçante. Qual a ideia? A ideia é que todos que já recebem as proposições, as resoluções, leiam com atenção, discutam com a sua instituição e tragam as questões importantes para ser debatidas em um processo mais maduro, institucional e local.

Então, a proposta é fazer uma apresentação geral, colocaria o impacto dessa resolução, o impacto dessa ação, o que isso representa em termos de ganhos ou perdas ambientais, enfim, e inicia-se o processo de votação abrindo para destaques. Por exemplo, no Art. 33 não concordo, ou não concordo nada, enfim, daí sim iríamos para os pontos específicos de cada artigo e colocaria a proposição da sua redação, poder-se-ia mandar com antecedência “redação ao Art. 61, a nossa proposta redação é essa!” Aí a gente joga as duas lá, debate e vota, e assim vai com os destaques.

Assim, no meu entender, torna-se uma discussão mais produtiva e nada interfere no conteúdo da norma, e vocês receberão sempre com bastante antecedência.

Essa é a proposição de alteração nesse procedimento de votação. Vou passar para vocês é era do Conama hoje em dia. Como é feito? O Presidente apresenta o item da Ordem do dia, passa a palavra para o Presidente da Câmara Temática que designa alguém para relatar a matéria. O relator tem um prazo de vinte minutos, que pode ser prorrogado a critério da Presidência, para relatar a matéria abordando seguintes os pontos: relevância da matéria ante a questão ambiental, caso do Paraná, conteúdo normativo, impactos e consequência na aprovação da matéria. Após a apresentação do relatório, é iniciada a discussão da proposta, podendo qualquer conselheiro apresentar emendas, preferencialmente por escrito. Encerrada a discussão vai à votação. Esta é a proposição que entendo ser mais produtiva.

O Sr. Presidente:- Tem mais alguma alteração? Bom, vamos votar esse item primeiro.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Por gentileza, peço vista dessa matéria.

O Sr. Presidente:- O Conselho hoje está deliberando, né João?

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Estou pedindo vista, eu tenho direito à vista.

O Sr. Secretário Executivo:- Secretário, este é um procedimento de proposição da Secretaria Executiva, proposição de forma e de encaminhamento de resolução. Não existe um rito processual. É como uma moção, moção não suscita vista. Esta é uma proposição de Secretaria Executiva.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Mas no momento em que vem uma proposição da Secretaria Executiva, está escrito no regimento atual que eu posso pedir vista. Estou pedindo vista dessa matéria para averiguar. Eu tenho direito de pedir vista.

O Sr. Secretário Executivo:- Bom, não existe um formato processual. Esta é uma proposição que a Secretaria Executiva entendeu que seria salutar para todos aqui, que seria uma contribuição da Secretaria Executiva. Vocês podem até refutá-la, mas é a contribuição da Secretaria Executiva, entendendo que é salutar para o Conselho.

O Sr. Presidente:- Por favor...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Presidente, com licença? Com licença, Presidente? Estou pedindo vista da matéria. Eu tenho direito regimental em pedir vista da matéria.

O Sr. Presidente:- Primeiro o senhor tem que pedir a palavra, tem que se identificar e depois vou responder o seu pedido de vista.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Requeiro, desde já, vista da presente matéria apresentada em pleno.

O Sr. Presidente:- Agradeço a colaboração do conselheiro, mas tendo em vista que estamos discutindo hoje alterações no Regimento Interno do nosso Conselho, inclusive a reunião foi colocada especificamente para este tema, nós vamos colocar em votação e se a votação for aprovada, o senhor tem o direito de numa próxima reunião apresentar sua solução, que também poderá ser aprovada por uma nova mudança.

O que nós estamos decidindo aqui, Conselheiro... (Pausa). Conselheiro, depois que eu terminar de usar a palavra, o senhor pede, encaminha e o senhor fala. Não vamos virar um bate-boca hoje aqui, então na hora que eu estiver falando, o senhor escuta e depois o senhor pede a palavra. Não tem problema nenhum, mas um ficar falando em cima do microfone do outro não funciona. Não é assim que vai funcionar, certo?

Então, estamos colocando aqui, com muita clareza, estamos adequando a nossa legislação à legislação federal, estamos nos adequando a isso, porque querendo tornar o nosso órgão em um órgão realmente deliberativo, um órgão que decide. A missão de alteração tem que ser feita dentro de cada instituição antes das reuniões do Conselho, para que possa ser discutida e colocada em apreciação deste Conselho Estadual de Meio Ambiente que, infelizmente ou felizmente, é composta por pessoas de alta competência, Secretários de Estado ou representantes de tais, que têm tempo, que têm compromisso, o Estado tem um tempo e tem um compromisso, ou estamos andando no tempo e no compromisso, e temos um colegiado bastante grande com uma capacidade espetacular de poder decidir e não de procrastinar.

Então, eu respondo que o senhor pode colocar na próxima reunião, se o senhor entender assim, mas neste momento coloco em votação...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- O senhor está passando por cima do próprio Regimento.

O Sr. Presidente:- O senhor peça a palavra.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Por gentileza, a palavra.

O Sr. Presidente:- O senhor peça a palavra e se identifique.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Como é uma votação, todo e qualquer conselheiro pode pedir vista da matéria, seja qual for a votação. Eu estou pedindo vista desta matéria.

O Sr. Presidente:- Tudo bem.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- O regimento é claro.

O Sr. Presidente:- Então vamos submeter o pedido de vista do conselheiro à apreciação do colegiado. Aqueles que são favoráveis ao pedido de vista...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Está previsto no regimento, Presidente, qualquer conselheiro pode pedir vista da matéria, sem apreciação do Plenário. O regimento é claro.

O Sr. Secretário Executivo:- Estamos aqui com a nossa assessora jurídica, da Edneia, vai fazer o uso da palavra.

A Sra. Conselheira Edneia Alkaminn (SEMA):- Boa tarde. Realmente o conselheiro tem razão no pedido de vistas, ele pode pedir. Neste caso não é uma matéria que foi discutida e está sendo deliberada pelos conselheiros como uma matéria administrativa. É um regulamento interno e até está sendo colocado em regime de urgência, porque precisamos aprovar esse regimento.

O que podíamos fazer, como é regime de urgência, é feita a votação. Está lá no artigo dizendo que proposta em regime de urgência pode ser votada pelos conselheiros o pedido de vistas. Como nós temos certa urgência na aprovação desse Regimento Interno, até porque temos na sequência várias resoluções a serem deliberadas, acredito que o Secretário poderia dar um prazo para o conselheiro, para ler com mais calma, apesar que vocês já receberam com antecedência..

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Por determinação do organismo que defendo está pedido de vistas.

O Sr. Presidente:- Arthur, gostaria que você se identificasse, não cortasse a palavra do outro.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Eu esqueço mesmo. Peço desculpas.

A Sra. Conselheira Edneia Alkaminn (SEMA):- Eu vejo que é uma matéria que está muito bem colocada, não vejo aonde a sua instituição poderia estar achando alguma questão de ilegalidade, mas é um direito seu. Porém, se o Secretário entender que é regime urgência ele pode pedir, entendendo o artigo do pedido de vistas do Regimento Interno.

O Sr. Presidente:- Arthur, tenho que seguir aquelas pessoas que comandam o Regimento Interno, que são o João Batista e a Da. Edneia, são os guardiões do regimento. Jamais vou rasgar o regimento. Então, o que a Da. Edneia está sugerindo é que nós

coloquemos ao colegiado se devemos aceitar o pedido de vista do Conselheiro Arthur ou devemos... (Pausa). Então, vou atender o regime de urgência e coloco em votação?

O Sr. Conselheiro Felipe Flessak (Casa Civil):- Primeiro coloca em votação o regime de urgência, aí, sendo aprovado o pedido de urgência, o senhor tem o direito de colocar em votação o pedido de vista do conselheiro, pelo fato da matéria estar em regime de urgência.

O Sr. Presidente:- Então, coloco em votação o regime de urgência da matéria. Aqueles que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa). APROVADO. Coloco em votação o pedido de vistas do conselheiro Arthur. Aqueles que concordam com o pedido de vistas permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADO.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Presidente, o pedido de vistas é minha, não é do pleno.

O Sr. Secretário Executivo:- O que estão colocando é que o senhor inverteu a votação.

O Sr. Presidente:- Vejam, o Conselheiro Arthur está pedindo vistas. Aqueles que concordam com o Conselheiro Arthur permaneçam como estão...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Presidente,...

O Sr. Presidente:- Vamos, então, pedir votação nominal para aqueles que concordam com o Conselheiro Arthur e os que são contrários ao pedido do Conselheiro Arthur. Aqueles que concordam com o pedido de vistas do Conselheiro Arthur que se manifestem oralmente. (Pausa). (Ninguém se manifestou ao pedido de vistas). Ninguém vai se manifestar ao pedido de vistas? (Pausa). Então, automaticamente, fica REJEITADO o pedido de vistas.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Tudo bem, pode ter votado em plenário, mas o pedido de vistas é do conselheiro. Já deixo claro...

O Sr. Presidente:- Arthur, estou seguindo a orientação da Da. Edneia, do João Batista...

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Mas está no regimento.

O Sr. Presidente:- Tudo bem, você tem a sua opinião, eu tenho a minha opinião, mas nem a minha e nem a sua estão em voga.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Não é a minha opinião, é o que está escrito no regimento.

O Sr. Presidente:- Ok. Você já pediu, a votação já foi feita, fui orientado pelos meus dois conselheiros, o assunto está encerrado. Próximo assunto.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- A vista é do conselheiro.

O Sr. Presidente:- Próximo assunto. (Pausa). O João Batista está me orientando aqui que o pedido de vistas do Conselheiro Arthur foi negado, então tenho que colocar em votação novamente as propostas do Conselheiro João Batista. Em votação. Aqueles que concordam com as alterações do Secretário João Batista permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa). APROVADO.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Presidente e Sr. João Batista, uma vez aprovada esta modificação, sugiro que seja feita uma comunicação às Câmaras Temáticas porque agora elas terão que mudar a apresentação nas próximas resoluções. Certo?

A Sra. Edneia Alkaminn (SEDEST):- Na realidade temos alguns artigos no Regimento Interno que não estão muito claros e a gente queria fazer uma proposta que não é nem de alteração, só deixá-la mais clara.

Não estou com ele na tela, mas se vocês tiverem aí, trata das competências do Presidente do Conselho, lá nas competências do Presidente do Conselho, o Art. 14, Inciso VIII, trata das matérias *ad referendum* do Conselho, onde cabe ao Presidente do CEMA.

No Art. 48, quando trata das Câmaras, diz: “Ressalvados os casos urgentes avocados pelo Presidente do CEMA, em nome do plenário e das matérias de competência deste” - está falando exceto casos urgentes que trata o Art. 14, as propostas e deliberações serão levadas à análise e discussão das Câmaras Temáticas. O que quer dizer este artigo? Quer dizer que aquilo que foi aprovado *ad referendum* ao Conselho, o Conselho pode acionar o pleno em trinta dias e levar ao pleno aquela matéria colocada *ad referendum* ao Conselho. E diz mais ali: “As demais propostas serão deliberadas e levadas à análise e discussão das Câmaras Temáticas”. Quer dizer que aquilo que foi aprovado *ad referendum* vai direto para o plenário, sem que tenha passado pela Câmara Temática.

Então, só quisemos dar uma clareza neste artigo, estabelecemos da seguinte forma: “Ressalvados os casos urgentes de matérias ou assuntos avocados pela Presidência do CEMA, de acordo com o Art. 14, Inciso III, *ad referendum*, em nome do plenário e das matérias de competência deste. As demais propostas serão levadas à análise e discussão das Câmaras Temáticas”. Nós não estamos inovando nada. Só estamos clareando o que o Art. 14, quando combinado com o Art. 48, quer dizer. Só para deixar clara a redação deste Art. 48. Quando você começa a ler, falta, então este Art. 14, da

Seção II, que fala da tramitação das matérias. Está propondo clarear a interpretação desse artigo que no passado, não no Conselho mas na Secretaria, sempre havia interpretação equivocada deste artigo. Então, já que estamos mexendo pensamos em clareá-lo para evitar qualquer tipo de outras interpretações. Não sei se ficou bem clara a explicação do Art. 48. (Pausa). Era isso.

O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa).

O Sr. Conselheiro Helder Nocko (CREA/PR):- A Da. Edneia poderia abrir o Art. 14, para lermos, porque é uma matéria que não foi enviada antes da reunião e assim entendermos o Art. 14. (É aberto o Art. 14 no telão).

A Sra. Conselheira Edneia Alkaminn (SEDEST):- O Inciso VIII, do Art. 14, fala: “decidir, *ad referendum* do Conselho, matérias ou assuntos por ele consideradas de urgência, vigorando tal decisão até deliberação do Plenário em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim em prazo não superior a 30 (trinta) dias”.

Então, aqui já disse, qualquer matéria feita *ad referendum* ao Conselho vai direto para deliberação do plenário. E lá no Art. 48, a gente trata da tramitação das matérias, este artigo vem colaborar com o Art. 14, dizendo: “Ressalvados os casos urgentes avocados pela Presidente do CEMA em nome do Plenário e das matérias de competência originária deste, as propostas de deliberação serão levadas à análise e discussão das Câmaras Temáticas”. Então, esta palavrinha “as demais propostas”, cada vez que alguém vinha questionar... Mas, enfim, queremos só deixar claro o que trata este Art. 48, de forma transparente, porque a toda hora tínhamos que ficar interpretando este artigo. E aí ficou com esta redação.

O Sr. Conselheiro Helder Nocko (CREA/PR):- Obrigado.

O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

Agora passamos para o próximo item de pauta, letra c, é uma moção sobre as alterações no Conama. Damos cinco minutos para o Sandro campos fazer a sua exposição.

O Sr. Sandro Campos (UEPG):- A gente sabe muito bem que o Conama está correndo um risco muito grande, o nosso conselho maior, sobre meio ambiente está sendo alterado. E aí, nesta condição, é muito importante nós conselheiros do Estado do Paraná discutir sobre meio ambiente, a gente pensar quanto é relevante este Conselho. É aquele que delibera todas as nossas resoluções. Quem está envolvido com a área de saneamento principalmente, sabe quantas resoluções a gente tem, e essas tratam, por exemplo, de classes de rios, disposição de efluentes, entre outras. E aí, neste sentido, quem assistiu a reportagem do Fantástico domingo, de uma forma bem direta e simples, percebeu os

riscos quando não se tem um cuidado e uma fiscalização, um acompanhamento adequado, como aconteceu o caso das toxinas e alguns estudos têm evidenciado uma relação direta com o aumento da microcefalia nos estados do Nordeste.

E neste sentido, pelo Conselho bastante atuante, com toda a complexidade, mantendo os seus representantes e com essas fatias de cada órgão, de cada representação, é extremamente importante. Então, quando a gente observa no decreto algumas alterações como, por exemplo, a redução de 96 para 23, uma redução de 76% na composição deste Conselho. A diminuição dos membros da sociedade civil, representantes da academia, especialistas, representantes de órgãos como o ICMBio, Agência Nacional das Águas e outros, é neste sentido trazer esta questão para a gente conhecer. Como é o maior órgão do País e é aquele que trata de resoluções exatamente importantes, como acabei de comentar, e a gente não poder contar com várias entidades para que essas discussões sejam muito bem feitas em todas as atualizações possíveis, que a academia, conhecimentos científicos que a todo momento que estão aparecendo principalmente na área de contaminantes, os riscos que a gente está tendo, a gente vem trazer a esta plenária, para este Conselho, estamos solicitando que se mantenha o Conama como está, para que a gente saia daqui com uma proposta para que o Conama se mantenha como está, por ser este órgão tão importante. Então, minimizá-la, tirar todo o seu valor reduzindo seu tamanho, acredito que a gente corre riscos de saúde pública, dentre vários contextos.

O Sr. Presidente:- Em discussão a moção. (Pausa). Com a palavra, Álvaro.

O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer (APRE):- Eu não vejo com esses olhos a redução das cadeiras do Conama, eu acho que foi em benefício do Conama. Acho que foi simplificar as discussões lá dentro, deixá-las mais rápidas. A gente já tem o Conselho da SEMA aqui no Estado do Paraná, então as universidades, os órgãos público-privados, nós temos essa aqui discutir, para daí ir para o Conama. Dentro do Conama, o nosso setor que é de Floresta de Base Plantada, também perdeu uma cadeira, era a cadeira da Sul Brasileira, que é a APRE, a CR que é Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a Ageflor. Foi uma perda? Foi, mas foi muito bom para o Conama. Ele vai ficar muito mais ágil. Então, a gente conseguindo trazer essas discussões aqui para dentro do CEMA, vamos agilizá-las aqui e vão chegar já mastigadas dentro do Conama.

Esse é o meu ponto de vista e acho que o ponto de vista da APRE e da Sul Brasileira, que seriam os três estados do Sul.

O Sr. Presidente:- O Conselheiro Álvaro Scheffer encaminhou contrário a moção, quero saber se alguém deseja encaminhar favorável.

O Sr. Conselheiro Clóvis Borges (SPVS):- Acho que o ponto de vista do Álvaro tem uma coerência, mas se analisarmos a conjuntura do que vem acontecendo no Ministério do Meio Ambiente do nosso País, talvez ele esteja apostando alto numa simplificação e esta simplificação seja bem intencionada. Então, acho que o coletivo e esta heterogeneidade que tem o Conama e que não trata de assuntos apenas que nós levamos para ele, assuntos nacionais que não passa por esta Casa, mereceria uma chamada de atenção, que também não vai resolver. Foi uma decisão executiva. Pode ser que isso não sirva para nada, mas a demonstração no nosso Conselho de preocupação em relação ao que tem se chamado de desmonte, um pouco contrária à posição que o Álvaro defende, acho preocupante. Os órgãos ligados à academia, os órgãos federais como o ICMBio especialmente não ter uma cadeira no Conama chega a ser esdrúxulo.

Não me parece que estamos tomando nenhuma decisão, mas me aparece ser uma postura de boa vontade e de coerência, pedir para que o Conama reflita. Quem estiver tomando essa decisão reflita sobre a pertinência ou não desta atitude. Então não me parece uma atitude extraordinariamente complexa de a gente atender essa premissa e referendar esse pedido de atenção em relação a esse organismo tão importante.

O Sr. Presidente:- O Clóvis manifestou favorável à moção e eu vou encaminhar contrário e depois, se alguém quiser se manifestar favoravelmente, terá a oportunidade sim. Vou encaminhar contrária à moção.

Se nós achássemos a maneira como o Governo Federal tratou o Conama fosse a correta, nós teríamos feito a mesma coisa aqui no Paraná. O pessoal de Ponta Grossa perdeu uma cadeira, o Estado do Paraná também perdeu uma cadeira, mas aqui no Estado do Paraná nós não mexemos em nenhuma hipótese no nosso Conselho. Então, não existe declaração mais clara e inequívoca que temos aqui uma independência. Nós não somos favoráveis ao que o Governo Federal está fazendo e nem somos contra, mas nós temos aqui temos a nossa linha de conduta, que é o debate franco, o debate aberto com todos. Tanto é que não excluímos ninguém, não reduzimos o número de conselheiros. Então essa é uma demonstração inequívoca da maneira como queremos nos comportar, por isso encaminho contra a moção, porque aqui no Paraná nós estamos dando a demonstração clara do que nós queremos. Mantivemos os Conselhos e aqui o debate é franco e aberto. Acho inclusive que perderam a mão lá em cima, porque lá virou a briga entre os ambientalistas e os desenvolvimentistas. Lá eles perderam a mão! Nós aqui não vamos perder a mão, podemos até discutir mas não vamos perder de levar um diálogo sempre

branco e aberto. Às vezes podemos ganhar, perder em outras, mas prosseguimos. Nós não vamos perder a mão aqui.

Então, vou encaminhar contra a moção, por entender que o Paraná está demonstrando com clareza o caminho que nós já estamos seguindo.

O Sr. Conselheiro Helder Nocko (CREA/PR):- Acho importante a reflexão. Acho que é importante refletirmos sobre essa política em nível federal, mas acredito que não vai mudar nada o nosso Conselho opinando. Acho que podemos até criar uma situação política um tanto quanto complicada. A minha sugestão é que entidades com essa opinião, e aí neste caso eu não coletei informação junto à minha entidade, então não posso votar favorável, mas as entidades que forem favoráveis nesse sentido se aliem, se juntem para fazer uma manifestação conjunta e levar isso ao Governo Federal. Mas acho que não valeria à pena ser aprovada esta moção contra essa ação junto ao Conama ou políticas do Governo Federal aqui neste Conselho.

O Sr. Presidente:- Ainda em discussão. (Pausa). Embora tenhamos quatro encaminhamentos, três contrários à moção, meu, do Álvaro Scheffer e do Helder, então quem quiser fazer encaminhamento favorável, que possa também encaminhar.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- A moção que a Universidade Estadual de Ponta Grossa faz chama a atenção de como Ministério de Meio Ambiente vem tratando as questões, as questões de uma forma geral. Eu vejo que a dimensão pode até ser salutar, mas a forma como foi colocada a redução é arbitrária. A forma como foi colocada a redução sem uma discussão com a sociedade civil é arbitrária. Os representantes estão lá em favor de uma sociedade científica. Cortaram os representantes da sociedade científica neste Conselho. Não foi simplesmente associações, representantes do Governo do Estado. A questão é a forma como foi feito o corte. Se você retira pessoas da sociedade científica dentro de um Conselho, é a coisa mais grave que existe para uma nação contra desenvolvimento social, o desenvolvimento humano.

Então vejo que é salientar a moção da Universidade Estadual de Ponta Grossa porque ela está defendendo as cadeiras científicas que estão dentro do Conselho e tem representação internacional, pesquisas internacionais como a Universidade de Ponta Grossa têm. E nós temos que respeitar esses professores, esses doutores, esses pós-doutores, enfim, que fazem seus pareceres junto ao Conselho.

É por isso que sou a favor da moção pela forma como foi colocada, aqui foi pincelado que eles queriam tirar do Conselho, que é arbitrária. É a forma do pincelamento de quem foi retirado do Conselho.

Era isso que eu tinha a colocar, Presidente. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Como tivemos três encaminhamentos contrários, eu, o Álvaro e o Helder, se alguém mais quiser encaminhar favorável à moção, tem a palavra.

O Sr. Conselheiro Mauricy Kawano (FIEP):- Eu comungo com o Helder e com o Álvaro, sou representante da FIEP e não tenho como opinar, teria que levar à minha entidade para opinar sobre o conteúdo da moção. Agora, realmente o Conama da forma como estava, estava muito complexo, hoje está mais simples, as matérias conseguem fluir de uma maneira mais fácil e otimizada, assim como documentado, perderam-se cadeiras, a própria Federação Nacional das Indústrias também está perdendo assento, ele hoje tem um assento atual, mas vai ficar praticamente dois anos afastados. Então é outra forma de funcionamento do Conama e acho que dessa maneira vai ficar realmente ágil.

O Sr. Presidente:- Então, posso colocar em votação? (Assentimento). Aqueles que são favoráveis à moção da Universidade Estadual de Ponta Grossa que se manifestem, os demais permaneçam como estão.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Peço que seja nominal, por gentileza.

O Sr. Presidente:- Pode ser nominal. Os favoráveis à moção que se manifestem.

(Declaram apoio à moção: Adriano Wild - Mater Natura, Jorge - Conselho Regional de Biologia, Clóvis Borges - SPVS, Felipe Pinheiro - Associação de Defesa do Meio Ambiente, Aparecido Callegari - FETAEP, Sandro César de Campos - UEPG, Artur Conceição - CEDEA, Letícia Kroposki - Conselho Regional de Medicina Veterinária, Rosilaine Mortella – SEED, Rafaela - PUC/PR).

O Sr. Presidente:- Tivemos 10 (dez) votos favoráveis dos 29 (vinte e nove), então 19 (dezenove) contra. REJEITADA a moção.

Temos mais uma moção sobre o Parque Nacional dos Campos Gerais. Passo a palavra para o Arthur, que tem cinco minutos.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Eu já falei demais, mas vou defender minha moção. Se vai passar ou não vai passar... Pessoal, nós fizemos uma moção de repúdio onde existe o Parque Nacional dos Campos Gerais - PANA, pois tem um ofício no Ministério de Meio Ambiente que quer acabar com o decreto do parque e automaticamente criar um novo decreto com a diminuição do parque. Essa é a proposta do Ministério do Meio Ambiente.

Esse parque fica bem no meio da APA da Escarpa Devoniana, e os deputados estaduais já arquivaram esse processo, até o deputado votou na época pelo arquivamento,

o próprio Deputado Rasca e o ex-deputado também votaram pelo arquivamento. Esse parque está bem no meio. A APA da Escarpa Devoniana abraça o parque, e o parque fornece água tanto para Ponta Grossa como para região metropolitana de Curitiba e para Curitiba. O rio que abastece Curitiba, o Assungui, nasce dentro desse parque.

Então, temos que entender essa área de proteção ambiental, que é também o parque, é para a proteção da água. Muitas entidades, muitas associações do agronegócio defendem a redução do parque, não sei quais os motivos, eles têm os motivos. Mas nós como ambientalistas até da Defesa Civil... Por exemplo, a Carta Brasileira defende a manutenção desse parque, fez uma moção de repúdio junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa, assinaram juntos, o arcebispo de Curitiba também se manifestou porque é uma questão da água. A FETRAF também se manifestou, porque é uma questão de água dos pequenos agricultores, da agricultura familiar e também para o grande agricultor, porque depende da água e depende do microclima. Se você reduz esse parque e joga esse parque dentro da APA, tínhamos que trocar a lei da APA para abranger o que tem dentro do parque.

Então, peço a vocês para que votemos essa proposição. Ela ainda está em andamento no Ministério do Meio Ambiente, a própria Defesa Civil do Estado do Paraná defende esse parque. É uma questão de se fazer microclima e, além de se fazer microclima, protege toda uma área para que não tenha incêndios florestais, porque o próprio parque tem toda uma brigada de incêndio florestal que ajuda na APA. Aquela brigada sai do Parque Nacional e vai para a APA para fazer o combate florestal, a própria Defesa Civil tem este controle, até neste prédio está a Defesa Civil. O Coronel Ricardo é o chefe da Defesa Civil hoje.

Então, quanto à manutenção deste parque é importantíssimo para a questão como um todo. E o que colocamos aqui? Você pode mostrar, João Batista, o ofício que veio do Ministério do Meio Ambiente para as pessoas entenderem o porquê da moção? (Slide). Aí é um ofício, este ofício encaminha... “Encaminha a vossa senhoria, por meio do qual a Deputada Aline... cancelar decreto da criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, localizado no Estado do Paraná...” Então, anexamos junto dessa proposta o mesmo parecer técnico entregue para os senhores deputados, na época. Você tem o parecer técnico? A moção segue junto desse parecer técnico. O parecer técnico foi feito por vários cientistas, até professores da PUC, professores da Universidade Estadual. Elaboraram esse parecer: Zechin - especialista; Dr. Edson Armando Silva – UEPG; Eduardo Salamuni que também já foi professor da Universidade Federal e também das Águas Paraná, foi

dirigente do Governo do Estado; aí temos o Carlos Frederico Marés Souza Filho, foi Procurador Geral do Estado do Paraná; temos o Mestre Flávio Domini Rosito, que fez todo um parecer em cima disso, também é da PUC; Margit Hauer que é do IAP; o Mauri César Barbosa que é do IAP; Paulo Roberto Castela que é da SEMA; Rosana Maria Bara Castela que é da SEMA; e eu que fiz a coordenação científica desse material junto com as mais entidades, sendo: Cartas Brasileiras, Terras Direito, SindiSeab, SENGE/PR, FETRAF, SPVS, APAV, Mater Natura, Mata Atlântica e CEDEA.

Esse é um parecer muito complexo, de quarenta e duas páginas, que explica sobre esta questão do Parque Nacional. Lá na última página, por gentileza, João, para encerrar mesmo. Olhem lá, o parque está no vermelho, tudo o que está em verde é da APA da Escarpa Devoniana, que foi arquivado pelos senhores deputados na época, e o vermelho é onde está o parque. Então, pode correr riscos porque as principais nascentes estão dentro do Parque Nacional dos Campos Gerais.

Era isso que eu tinha a colocar. Muito obrigado pela oportunidade e espero que os senhores votem com consciência, porque é muito necessária esta moção.

O Sr. Presidente:- Vou colocar em discussão a moção. (Pausa). Álvaro.

O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer (APRE):- Primeira coisa, este tema acabou sendo votado na reunião anterior e já não passou, o assunto dessa moção. Mas, tudo bem, trouxeram de volta para esta reunião.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Não tinha parecer científico, eu não estava com argumentos para a moção, por isso que não foi votado. Lembro-me perfeitamente, até o Secretário do IAP...

O Sr. Presidente:- O Conselheiro Arthur não tem por que passar por uma aula de bons modos, porque não vai aprender. Esse não vai ter jeito.

O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer (APRE):- O Parque Nacional dos Campos Gerais tem vinte e um mil e trezentos hectares, está do lado da Escarpa Devoniana. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Sobre os mananciais de água, existe o Código Florestal e todos têm que seguir. Então, não é por causa do parque que vai acabar a água em Curitiba ou em qualquer outra cidade. Vamos falar de Ponta Grossa, Carambeí, Castro que faz parte do Parque Nacional dos Campos Gerais. Vocês acabaram misturando alguns assuntos. O que teve foi a redução da APA da Escarpa Devoniana. Em nenhum momento saiu uma redução do Parque Nacional dos Campos Gerais, isso eu falo com muita certeza porque eu sou um dos conselheiros do parque. Em nenhum momento teve uma redução disso.

Outra coisa, a Deputada Aline mandou uma solicitação para cancelar o parque. O que o nosso Ministro do Meio Ambiente fez? Pediu para rever o assunto do parque, não para cancelar e sim para ver a possibilidade de mudar o tipo de unidade de conservação. Outra coisa, foi comentado sobre a brigada de incêndio do parque. Como disse, faço parte do conselho do parque. O parque nem Presidente tem, o ICMBio não tem presidente em Ponta Grossa, desde o começo do ano. O Conselho foi feito no começo do ano.

Mas vamos lá. Por que o nosso Ministro de Meio Ambiente pediu para rever o tipo de unidade de conservação? Que fique claro em Ata que é para rever o tipo de unidade de conservação, tirar isso de um parque nacional e transformar em um monumento natural. Primeiro, ele continua no mesmo tipo de unidade de proteção integral. Isso não muda. Qual o grande benefício disso? Não tem desembolso de caixa para o governo, pessoal! Você não tem a desapropriação de terra, transformando isso um parque nacional para um monumento natural. Os termos de conservação são os mesmos!

Então sou contra essa moção, a APRE é contra isso. Existem vários exemplos que já foram revistos, tanto da transformação do parque nacional para monumento natural. Tem o monumento natural dos pontões capixabas no Espírito Santo, foi feito exatamente a mesma coisa para não ter a desapropriação. Acho que a sociedade acaba tendo uma integração muito maior numa unidade de conservação dessa do que num parque nacional.

Então, acabar com os mananciais de água de Curitiba! Isso é um pouquinho complicado...

O Sr. Presidente:- Arthur, por favor. O conselheiro está falando, você não pode se manifestar.

O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer (APRE):- Mas de qualquer maneira a manutenção dos mananciais vem pelo Código Florestal. Existe um Código Florestal que tem que ser seguido. Ponto! Tudo parte daí. Qualquer proprietário rural tem que seguir o Código Florestal. Tem que seguir a área de APP, área de reserva legal e tem que manter mananciais e nascentes. Então, não é um parque que vai definir isso. E, para terminar, sou contra a essa moção.

O Sr. Presidente:- Alguém quer se manifestar a favor da moção? Arthur, você foi o relator, se alguém puder defender, depois você pode falar.

O Sr. Conselheiro Felipe (SPVS):- Eu participei da criação do Conselho da unidade e lá pude ver diversos proprietários brigando pela desafetação integral do parque ou pela restituição de suas terras. Então muito me estranha a APRE, que defende os produtores da região, pedindo que os próprios associados que possa estar dentro ou fora

não queiram que essas pessoas sejam restituídas pelo valor da terra que lhes pertencem dentro da unidade.

Então, Sr. Secretário, o que foi colocado aqui pela relatoria da importância do parque para a conservação das águas, dos remanescentes, inclusive dos campos naturais que estão dentro da região, é de suma importância. E coloco até que, essa unidade junto com a Escarpa Devoniana, se não me engano é o segundo ou o terceiro Parque Nacional mais visitado no Estado do Paraná, que mais está instruído por ter inúmeras belezas naturais dentro da unidade. Então, esse é um ponto que tem que ver diante do plano do governo que fala tanto em turismo aqui na nossa região. Esse parque conserva inúmeros atrativos para o Estado.

O Sr. Presidente:- Temos um encaminhamento contrário à moção de repúdio, que é do Álvaro Scheffer, temos um favorável. Quero saber se mais alguém tem um favorável, porque vou encaminhar contrário à moção. Alguém deseja encaminhar favorável à moção? (Pausa). Então, vou encaminhar contrário à moção e vou explicar por que.

Esse é um assunto bastante controverso, é muito difícil, além de eu estar como Presidente e Secretário de Meio Ambiente e Turismo, sou agricultor, sou engenheiro agrônomo, conheço como poucos essa região dos Campos Gerais porque sou nascido em Campo Mourão, estudei em Curitiba. Voltei, estudei, voltei. Vou quase todo final de semana casa, continuo morando em Campo Mourão. Então, eu passo por ali semanalmente. Fora isso, o Governo do Estado me deu a possibilidade de ser uma das poucas pessoas que conhece praticamente todos os parques estaduais do Paraná.

Eu tive a oportunidade, nesses setes meses, de sobrevoar, andar, ver, conhecer, conversar com pessoas, entender o que é o setor produtivo daquela região, qual setor que está sendo impactado de forma negativa, porque está com uma área improdutiva dentro de uma unidade de conservação, aí que tem que ser indenizado. Os que são produtores rurais e também não podem deixar de produzir, porque no entorno temos a bovinocultura de leite mais evoluída do Brasil, a suinocultura mais evoluída do Brasil, e uma série de coisas. Então, a preservação e da produção tem que andar em conjunto.

E estamos hoje em um processo de concessão de uso dos atrativos turísticos do Parque Estadual de Vila Velha. No dia 5 vamos ter o lançamento do edital, já fizemos audiências públicas, estudamos o modelo para fazer o melhor modelo possível para concedermos apenas os atrativos turísticos, naquela observância de quem usa cuida, o turismo responsável, né Clóvis, o turismo produção da natureza. Estamos procurando caminhar por aí, tanto que estamos entendendo que quem ganhar, apesar de o IAP estar

na fiscalização, mas quem ganhar os atrativos ligados aos negócios da natureza, a produção do meio ambiente, é o que mais vai cuidar do meio ambiente. E se ele estragar o meio ambiente, ele estragou o negócio dele. E com relação à pesquisa também, Professor, tenho certeza que quem mais vai investir nas pesquisas são as empresas que forem explorar os atrativos. Dou um exemplo, “A noivinha do rabo preto”, não sei se ela existe lá, mas se ela existir as empresas que ganharão a concessão é que vão filmar o dia que vão nascer esses bichinhos, e cuidar, para que as pessoas possam, no dia certo, na hora certa, de maneira certa, olhar aquele passarinho nascer.

Então tenho certeza que as pesquisas vão crescer e crescer muito. Foi o que aconteceu no Parque Nacional do Iguaçu, fizeram as pesquisas aumentarem e aumentaram demais. E para finalizar, eu acho que uma moção de repúdio, se você tiver certeza absoluta que aquilo... Mas hoje existe uma dúvida, de lado a lado. Então, como é uma moção de repúdio, eu não posso votar a favor dessa moção de repúdio. Por isso que encaminho contrário à essa moção de repúdio, porque esse é um assunto que temos que discutir mais. Então, é desta forma que estou encaminhando contra a moção, mas a favor de uma discussão ampla, que possamos desmistificar isso, não prejudicar a região e produtores rurais, nem os pequenos, nem os médios, nem os grandes e nem o meio ambiente. Que todos possam ganhar juntos.

Então tirar a questão ideológica, política e discutir o modelo, que possamos contentar a todos. Bom, todos não, porque o segredo do sucesso é tentar contentar a todos. Por isso, meu encaminhamento é contrário à moção. Em votação.

O Sr. Conselheiro Arthur Conceição (CEDEA):- Solicito votação nominal, Presidente.

O Sr. Presidente:- Acatamos. A votação nominal será nominal a pedido do Conselheiro Arthur.

(Declaram votos a favor à moção de repúdio: Conselheiros Adriano Wild - Mater Natura; Clóvis Borges - SPVS; Felipe Pinheiro - Associação de Defesa do Meio Ambiente; Milton Almeida - Secretaria de Planejamento; Sandro Campos - Universidade Estadual de Ponta Grossa; Letícia Koproski - Conselho Regional de Medicina Veterinária; Arthur Conceição - CEDEA; Leonardo - FETRAF).

O Sr. Conselheiro Helder Nocko (CREA/Paraná):- Queria registrar minha abstenção.

O Sr. Presidente:- REJEITADA a moção, com 08 (oito) votos favoráveis, 01 (uma) abstenção.

Passamos a palavra Elder Estella que vai fazer uma pequena explanação a respeito do FEMA – Fundo Estadual do Meio Ambiente.

O Sr. Conselheiro Elder Estella:- Boa tarde, conselheiros e conselheiras. Para apresentar a vocês uma posição do FEMA fizemos um trabalho levantando os dados desde 2017, porque o plano de aplicação do FEMA era montado com relação ao saldo financeiro e não com a questão orçamentária. Então muitas vezes o que era aprovado em um ano não tinha orçamento para suprir aquelas atividades...

O Sr. Presidente:- E por último. Então, o Clóvis Borges, da SPVS.

O Sr. Conselheiro Clóvis Borges (SPVS):- Fechando esta reunião, volto a tocar na nossa preocupação em relação ao uso do Fundo estadual do Meio Ambiente. Ao longo das últimas décadas, posso dizer para vocês que acompanho a vida dos órgãos ambientais, desde o final da década de 70 acompanho a estrutura dos órgãos ambientais e nunca vi um fortalecimento adequado das estruturas voltada à conservação do patrimônio natural.

Então, é natural que os órgãos aqui representados no CEMA, que defendem especificamente a conservação da natureza, tem uma preocupação com uma rubrica que nunca foi aportada e com uma discussão de FEMA no sentido de amplificar, o Everton citou, por exemplo, um ataque ao problema da erosão a partir de recursos do FEMA.

Não vou me posicionar contrário ao ataque à questão da erosão, mas cabe uma pergunta ao Executivo, começa um governo, qual a atenção que será dada para a conservação da biodiversidade? Em número de funcionários dessa seleção que entra agora, desses cento e cinquenta quantos entram na agenda que sempre foi desprestigiada pelos órgãos ambientais, que é a das unidades de conservação desestruturadas, da falta de recursos e de um governo que diz que tem caixa. Então, a questão é política e a gente está há décadas vivendo com isso, toda a mesa que está aqui, e a conservação da natureza não foi atendida pelos órgãos ambientais, alegando falta de estrutura, falta de capital, falta de recursos. Se o governo faz o discurso que quer incentivar o turismo de natureza, que quer fazer da natureza, já falei isso hoje, uma nova indústria para gerar renda, para gerar emprego, para deixar de ser um país que recebe menos turista do que a Costa Rica, como vocês vão fazer isso, como o Márcio vai implementar a ideia da grande reserva da Mata Atlântica, nós temos que agradecer e endossar essa iniciativa, sem investimentos nas unidades de conservação.

Então, o que eu gostaria, com esta observação bastante objetiva, é pedir que na próxima reunião do Conselho faça uma apresentação de qual a estratégia do Governo do Estado do Paraná em relação à conservação da biodiversidade. O que eu vi até agora foi

uma tentativa de terceirizar o uso público em Vila Velha, também não somos contra, mas é absolutamente insuficiente esse tipo de agenda como algo que vai mudar o cenário. Inclusive o próprio Vila Velha que deveria ter junto com isso no mínimo um orçamento da gestão do parque. E é equivocada a ideia que o parque é mantido e vai deixar de mandar recursos do poder público simplesmente por uma concessão. Concessão de uso público é uma das atividades de gestão de uma unidade de conservação e o que ela vai arrecadar para o Estado não vai conseguir manter o que Vila Velha precisa e nunca teve, como a maioria dos outros parques. Então, a cobrança aqui é que se coloque claramente, e não apenas de forma genérica, qual a estratégia de conservação do Governo do Estado do Paraná. Eu peço diretamente para o Everton para que traga isso na próxima reunião do Conselho.

O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAP):- Clóvis, ele já comunicou aqui que vai trazer. Realmente a preocupação que vocês têm é a nossa preocupação também. Esse plano, essa política, nós vamos apresentar de uma forma organizada para vocês tomarem conhecimento, acho que é o papel do Conselho. Como conselheiro você está exercendo o seu papel de uma forma muito positiva, mais ainda positiva para nós para a próxima reunião ter essa oportunidade.

Hoje realmente nos estamos, com a questão das unidades de conservação, com muita carência de pessoal. E o concurso vai nos trazer essa possibilidade, vamos poder apresentar também na próxima reunião. Agora, neste momento foi determinado ao IAP solucionar, com a maior brevidade possível, todos os passivos que nós tínhamos em relação aos licenciamentos ambientais e as outorgas. Então, houve realmente de início, e você sabe disso, a sua pergunta é porque você conhece as estruturas, você conversa com as pessoas, hoje a diretoria que o Aristides Athaíde ocupa é a diretoria que está menos atendida do ponto de vista, por exemplo, de cargos comissionados de pessoas habilitadas. Inclusive tem uma diretoria que não está nem nomeada, você sabe disso. Mas existia esta demanda muito forte desse início de governo de solucionar esse problema, mas não se perdeu de vista a estratégia em tratar as unidades de conservação... Eu fiz uma primeira reunião com o pessoal das unidades de conservação na primeira semana que entrei no IAP, é de absoluta tristeza os servidores, o estado em que as unidades estão e a forma como a coisa vinha sendo gerida. Então, queremos mudar esse panorama e é isso que vamos tentar apresentar para vocês na sequência. O Aristides foi o último diretor a ser nomeado, até essa definição nossa demorou um pouco, isso ocasionou realmente um enfraquecimento da montagem daquela área, mas, na medida do possível, ainda nos

próximos meses vai ser reforçada. E nós estamos contando com o concurso mesmo, com a contratação de biólogos, engenheiros florestais e tudo o mais, que vai nos permitir fazer uma ação mais forte dentro das unidades de conservação.

Quero aproveitar que estou com a palavra, Rasca, se você me permitir, e anunciar, nesta linha que o Helder colocou dos eventos, temos um evento muito importante que vai acontecer dos dias 21 a 25 de outubro, em Foz do Iguaçu, que é o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil. É o maior evento de recursos hídricos do Brasil. Nós temos aqui o Scroccaro, quero fazer num agradecimento público a ele, ele assumiu a Presidência do Águas Paraná e está tocando esse projeto de apoio ao Governo do Estado a este evento. Você sabe o quanto está difícil buscar recursos para fazer um evento desta magnitude. Nós já estamos com quase três mil pessoas inscritas. A expectativa é de quase três mil pessoas inscritas. Então, é o maior evento do Brasil. É um evento gratuito, é um evento com conteúdo técnico muito bom que será repassado a todos os organizamos de bacia. E o Governo do Estado está fazendo um esforço, aqui louvar o trabalho que o Secretário Márcio Nunes tem feito em garantir a busca de recursos para que a gente possa viabilizar um compromisso que é da gestão anterior, mas que nós entendemos, inclusive porque o Scroccaro e o Fábio estão nos seus cabelos brancos, participamos lá atrás da busca desse evento.

Então, fazer o convite a todos que se interessa pelo tema gestão de bacias hidrográficas, Comitês de Bacias Hidrográficas, esteja conosco em Foz do Iguaçu, nos dias 21 a 25 de outubro.

O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (IAP):- Boa tarde a todos. A gente pode passar, através do e-mail dos senhores, a programação dos dias 21 a 25 de outubro. Fazer ser muito legal. E tem uma coisa que está motivando os membros dos Comitês das Bacias Hidrográficas, vamos fazer dez visitas técnicas em *cases* de sucesso da Itaipu. Então, são visitas técnicas que vão mostrar ao Brasil o que a Itaipu fez na Bacia do Paraná III. Vai ser muito importante e o motivo principal é o Fala Comitê. Cada Comitê terá um espaço para apresentar os seus *cases* de sucesso. É isso. Acho que será muito interessante.

O Sr. Presidente:- Quem sabe possamos organizar a reunião do Conselho lá, só não sei se o Secretário vai permitir que os suplentes vá, mas seria bom organizarmos uma reunião lá e aproveitaria o evento.

Nós temos em torno de trinta e cinco milhões para investir em unidades de conservação, dinheiro em caixa e em conta vinculada. Tem coisas da minha época inclusive... (Falam da plateia). Nós temos. São medidas compensatórias do

licenciamento. Este ano, por exemplo, nós já licenciávamos em torno de quatorze bilhões de reais. Então, se a gente tiver, dentro do processo de licenciamento, a possibilidade de incluirmos algumas políticas públicas, porque o dinheiro existe, os caminhos até o dinheiro existem. Outro dinheiro que não se teve. De 2016 para cá, perdemos trinta e cinco milhões de reais por causa de um decreto feito na época em relação à taxa de controle de fiscalização ambiental estipulado pelo Ibama. O Ibama estipula esta taxa e cobra esta taxa, e se o Estado assumir a responsabilidade de fazer a cobrança, de fazer os encaminhamentos, ficaria 60% aqui. Quando foi instituído em 2015, foi feito um decreto que vinculou o valor da taxa à unidade de referência do Paraná. E isso fez com que o Estado perdesse, portanto, neste período, como ficou congelada praticamente a taxa, o Ibama foi alterando os valores, trinta e seis milhões foram para o Ibama de empresas paranaenses que foram para o Brasil afora! Então, nós mandamos para fora trinta e seis milhões.

Hoje mesmo, na Comissão de Constituição e Justiça, foi votada a retirada desse anexo que vinculou à unidade, porque vamos ter um incremento de no mínimo um milhão por mês ano que vem. Então, no mínimo doze milhões para o ano que vem. No mínimo, de incremento desse recurso! E o que a gente precisa, e aí o Clóvis junto com o Aristides, sentar e apresentar sugestões em relação a isso com as unidades de conservação. Nós devemos ter, arredondando, uns quatrocentos efetivos. Dos quatrocentos efetivos, temos terceirizados em parques cento e oitenta e quatro que fazem ali os cuidados básicos, limpar banheiro, dirigir um trator. Cento e oitenta e quatro! Aí metade praticamente de cargo efetivo. Esses vão melhorar? Não, mas podem agregar conhecimento em um processo como esse, podemos ter essa prestação de serviço e outras também.

Então, é uma questão de se colocar na pauta. São cento e oitenta e quatro pessoas que temos. Em Vila Velha tínhamos vinte e duas e agora a iniciativa privada vai assumir. Quem sabe podemos jogar essas vinte e duas em outra situação, e junto com isso dá para incluir serviços que possam vir nessa direção. Nós podemos contratar serviços, tem dinheiro para contratar serviços. Não falta para contratar serviços, é mais difícil contratar pessoal, mas serviços sim. Então, está aberta esta participação, inclusive porque o Aristides tem esta convivência com vocês para que possa trazer e o Secretário não tem se oposto, pelo contrário. Ele tem aguardado essa execução orçamentária, porque isso nos prejudica no governo. Quando o governo olha lá, vocês têm lá cento e quarenta milhões do acidente (inaudível), vocês têm quarenta e cinco milhões aqui da Petrobras e não

gastam, vocês têm trinta que quatro milhões para as unidades de conservação e não gastam. Então, se vocês não conseguem gastar nada, por que vocês pedem dinheiro?

Então, nós temos condições sim de trazer esta discussão para dentro.

Como não há mais ninguém inscrito, gostaria de agradecer imensamente a participação de todos aqui e ficamos sempre à disposição, lá na Secretaria estamos sempre à disposição, o João Batista está sempre lá, para fazermos os encaminhamentos necessários. Obrigado pela presença, de coração. Está encerrada a reunião. (Palmas).